

A agenda político-ambiental no Brasil

FABIO FONSECA FIGUEIREDO*

Resumo

A partir dos anos 1970, as questões ambientais entram no debate da administração pública no Brasil, sendo também relevantes para o setor empresarial e sociedade em geral. O fato das questões ambientais terem entrado na agenda governamental não significa, estrito caso, que a sociedade brasileira esteja se relacionando com o meio natural de forma a respeitar as demandas socioambientais. Os interesses dos conglomerados econômicos no direcionamento das políticas públicas objetivam que as ações ambientais sejam conduzidas por seus objetivos mercadológicos. Fundamentado numa revisão de literatura sobre temas relacionados a meio ambiente e economia, este artigo faz uma discussão sobre as questões ambientais brasileiras analisando aspectos que as fazem entrar na agenda das políticas públicas.

Palavras chave: Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente Brasileiro; Políticas Públicas Ambientais; Questões Ambientais.

Abstract

From the of the 1970s environmental issues entered the public administration debate in Brazil, being also relevant to the business sector and society in general. The fact that environmental issues have entered the governmental agenda does not mean, strictly speaking, that Brazilian society is relating to the natural environment in order to respect social and environmental demands. The interests of economic conglomerates in directing public policies often mean that environmental actions are driven by the market objectives of these actions. Based on a review of the literature on environmental and economic issues, this article discusses Brazilian environmental issues by analyzing aspects that make such issues a part of the public policy agenda.

Key words: Economic Development; Brazilian Environment; Environmental Public Policies; Environmental Issues.



* **FABIO FONSECA FIGUEIREDO** é Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona/Espanha (UB).

1. Introdução

“Terra à vista...”: esta foi provavelmente a primeira expressão dita pela tripulação das caravelas portuguesas ao ver a imensa porção de terra localizada ao sul da linha do Equador, no já distante 22 de abril de 1500. De registros oficiais da coroa portuguesa, entre os quais se destaca a carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao Rei de Portugal – considerada o primeiro documento oficial sobre o Brasil que expõe as potencialidades econômicas da então recém-descoberta ilha – passando pelas descrições e comentários feitos por viajantes e romancistas tais como no livro *Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil*, do alemão Hans Staden (2010) (obra considerada um *best seller* nas primeiras décadas do século XVI), existem relatos sobre a exuberância e potencialidade da natureza, bem como sobre os modos de vida dos nativos do novo mundo (MARTINEZ, 2006).

Com o passar dos séculos, o Brasil se tornou um país estratégico no plano internacional por possuir uma rica diversidade natural bem como um dinamismo econômico bastante peculiar. Apesar da importância do meio natural para a formação da sociedade brasileira, as questões ambientais ficaram relegadas ao segundo plano sendo mesmo subjugadas aos interesses explícitos dos objetivos econômicos dos grandes projetos desenvolvimentistas brasileiros (FIGUEIREDO E CRUZ, 2013). Tais características fizeram que a intervenção no meio ambiente ocorresse de maneira desmedida e sem praticamente nenhum planejamento de conservação/preservação ambiental e/ou



controle da contaminação (FERREIRA, 1998). A partir do terceiro quartel do século XX, motivada por pressões de órgãos externos, a administração pública começou a formular normativas ambientais que embora tímidas em suas recomendações denotavam um primeiro interesse oficial pelas questões ecológicas (DUARTE, 2003).

Este artigo busca levantar um debate sobre as questões ambientais do país, elencando alguns dos aspectos que as fizeram entrar na agenda das políticas públicas. Além desta introdução, o texto apresenta um breve histórico ambiental brasileiro, salientando a importância dos recursos naturais para a dinamização da economia. Em seguida, elencam-se os principais aspectos da questão ambiental a partir de sua entrada, nos anos 1970, na agenda das políticas públicas. A quarta sessão traz uma reflexão sobre o cenário ambiental brasileiro na atualidade, apontando seus limites, possibilidades e tendências.

2. Breve histórico da questão ambiental brasileira

A importância dada ao potencial ambiental mostra que desde os primeiros contatos com os europeus o Brasil foi visto pelas nações hegemônicas como uma importante reserva de recursos naturais, possuidor de metais e pedras preciosas e com capacidade para o desenvolvimento bem-sucedido de atividades agrícolas e pecuárias devido as suas condições climáticas. Assim, a intenção de fazer da colônia uma fonte de recursos naturais subjugada ao modelo colonial e mercantilista imposto pelos portugueses cujo objetivo único era a pilhagem econômica é evidente na história

brasileira. A empresa lusitana no território brasileiro começou com a extração de Pau-Brasil no século XVI, passando pela monocultura da cana-de-açúcar nos dois séculos seguintes e a posterior exploração do ouro e outros metais preciosos no século XVIII perfazendo três grandes ciclos econômicos do Brasil Colônia (MARTINEZ, 2006).

A independência do Brasil em relação a Portugal em setembro de 1822 é considerada por muitos uma nova roupagem política das elites dominantes na então colônia. Isso porque apesar da independência, o poder do novo império ficou concentrado no mesmo grupo hegemônico que dominava a colônia, portanto, permaneceram fortes laços com a coroa portuguesa após a independência.

Em relação ao aspecto econômico, as atividades no Brasil imperial continuaram a se desenvolver baseadas na monocultura agrária para a exportação, com o mesmo caráter predatório e perdulário no que tange ao aproveitamento das riquezas da terra. A partir da segunda metade do século XIX a economia do café dominou o Vale do Paraíba no interior de São Paulo, o desenvolvimento do ciclo da borracha aqueceu a economia da região Amazônica e o algodão fez nascer uma nova forma de atividade econômica no semiárido do Nordeste (FURTADO, 1980).

Marcondes (2005) explica que do século XVI ao XIX tanto os reis de Portugal quanto os imperadores brasileiros instituíram ordenanças que bem poderíamos interpretar como de caráter ambiental. Contudo, a pequena estrutura do Estado para supervisionar a violação das leis régias, somada ao vasto território e ainda à extravagância da população que usava a natureza sem

qualquer preocupação, dificultaram o cumprimento das leis. Além disso, as ordenanças podem ser consideradas contraditórias em seus objetivos dado o modelo econômico ao qual o Brasil foi submetido pelos portugueses e posteriormente pelo poder local após a independência. A extração de Pau-Brasil devastou uma área considerável da Mata Atlântica seguindo os ciclos agrários para exportação através das monoculturas. Finalmente, a extração mineral, que encontrou no ouro da região central do país a melhor forma de reprodução econômica, ocorreu também sem que houvesse qualquer relação de parcimônia ao uso do recurso natural.

O país adentrou o século XX sendo uma república, porém continuava a se reproduzir economicamente com base na exploração dos recursos naturais disponíveis em seu meio ambiente. Até a década de 1930, a participação do Brasil na economia internacional se limitava à exportação de produtos primários incluindo o café e diversos grãos com destaque para o feijão, o milho e a pecuária bovina (FURTADO 1980). O modelo agrário de exportação herdado do período colonial foi estimulado pela aristocracia dos barões do café que dominava a cena econômica e política do país até os anos 1930.

Na arena internacional, a segunda revolução industrial concentrou ainda mais as indústrias nos países centrais da Europa e nos Estados Unidos. A divisão internacional do trabalho nas primeiras décadas do século XX ocupou os países do capitalismo avançado com a produção industrial enquanto os demais países de capitalismo tardio se dedicaram à exportação de produtos agrícolas, bem como ao fornecimento de matérias-primas necessárias para o desenvolvimento industrial.

Com a crise financeira internacional motivada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 houve uma reformulação na divisão internacional do trabalho. Se até então a fábrica têxtil era a atividade industrial predominante no Brasil, a partir dali se esboçou uma maior diversificação industrial com a chegada das indústrias brancas produtoras de eletrodomésticos. Surge também a gênese da indústria automobilística que viria a se consolidar a partir da década de 1960.

No que se refere às questões ambientais, a formação do parque industrial brasileiro representou a extração de matérias-primas a um ritmo mais intenso em um país que se transformava de rural para urbano. Esse momento ainda significou o início de elevados níveis de contaminação especialmente nas grandes cidades devido à existência das indústrias. Assim, o mesmo modelo industrial iniciado em países europeus dois séculos antes passa a ser reproduzido no país, o que corrobora a análise de Furtado (1980) ao afirmar que o Brasil foi um país de capitalismo tardio.

A modernidade requerida pelo presidente Getúlio Vargas entre as décadas de 1930 a 1950 gerou como consequência novos problemas para o país. Se por um lado o país desenvolveu sua legislação em diferentes aspectos da vida social, por outro no que diz respeito ao meio ambiente, a passagem do Brasil agrário – com objetivos de exportação de produtos primários – para o Brasil industrial marca um novo capítulo na história ambiental nacional: o surgimento de uma nova forma de contaminação, a industrial, muito mais prejudicial que a contaminação oriunda das atividades econômicas anteriores à industrialização.

Porém, apesar desse modelo econômico e industrial não ter sido condizente com as demandas ambientais, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek incentivou ainda mais a formação do parque industrial nacional em que foram destaque as indústrias da construção civil e automobilística. Até os anos 1960, as administrações públicas brasileiras davam pouca importância para as questões ambientais. Entretanto, a partir dos anos 1970 tais questões adentraram na agenda pública passando a ser relevantes para a composição das políticas, sendo simbólica nesse sentido a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) pelo Governo Federal no ano de 1973.

3. O meio ambiente na agenda das políticas públicas brasileiras

Até finais dos anos setenta, as preocupações com as questões ambientais no Brasil possuíam pouca importância sendo praticamente irrelevantes na agenda das políticas públicas. O país era reconhecido em âmbito internacional por possuir uma legislação ambiental branda, o que facilitava seu não cumprimento. O descaso com as questões ambientais somava-se à agressiva política de crescimento econômico adotada inicialmente pelos governos do regime militar (1964-1985), através de seu projeto desenvolvimentista, e posteriormente, retomada pelos governos democráticos do imediato pós 1985.

Em ambos os momentos foram utilizadas como estratégias para atrair investimentos econômico-industriais internacionais tanto a debilitada legislação ambiental brasileira, como a concessão de generosos benefícios e incentivos fiscais aos grandes empreendimentos (FERREIRA, 1998).

Não por casualidade, foi ainda na década de setenta que se intensificou o projeto de formação da Zona Franca de Manaus, por meio do qual o Governo Federal concedia diversos benefícios às empresas dispostas a montar suas fábricas naquela região. Tal projeto era justificado por dois objetivos bem definidos: 1) a soberania do território amazônico que é um debate bastante marcante naquele momento; e 2) o crescimento econômico nacional, que ficou conhecido como ‘milagre econômico brasileiro’. Como analisa Duarte (2003), a política externa ambiental brasileira foi historicamente marcada pelo pragmatismo, que induz à busca de ganhos materiais e concretos justamente através da defesa de valores políticos e ideológicos.

A mudança na postura oficial brasileira ante as questões ambientais no final dos anos oitenta foi motivada sobremaneira por pressões externas. Drummond (1999) salienta que naquele período os países centrais passaram a não considerar mais a degradação ambiental como vantagens que o Brasil possuía na competição econômica internacional, embora com custos deletérios, evitáveis e no limite intoleráveis. Havia forte pressão de destacados grupos ambientalistas internacionais que naquele momento se inteiravam da importância da floresta amazônica para o conjunto da biodiversidade do planeta.

Como sinal de mudança na sua relação com as questões ambientais, o governo brasileiro requisitou à Organização das Nações Unidas (ONU) a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco 92. Em meio a uma grave crise político-institucional interna que inclusive culminou com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, aquela

conferência é considerada por autores como Figueiredo e Cruz (2013) e Ferreira (1998) um divisor de águas na história ambiental brasileira, uma vez que deu visibilidade às questões ambientais nacionais no âmbito interno e serviu como uma primeira resposta às pressões internacionais.

Duarte (2003) que analisa comparativamente as posturas do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (conhecida como Conferência de Estocolmo 1972) e na Eco 92 afirma que, entre uma e outra conferência houve mudanças substanciais nos direcionamentos da política ambiental brasileira. Se na Conferência de Estocolmo a opção brasileira foi o crescimento econômico-industrial ainda que com custos ambientais elevados, após duas décadas, na Eco 92, o governo brasileiro trouxe à tona dois posicionamentos reformistas: 1) a constatação de que os problemas ambientais eram relevantes e que as políticas ambientais deveriam ser resolvidas pela comunidade internacional e não somente no âmbito dos países, individualmente; e 2) a afirmação de que há uma diferenciação entre dano ambiental e solução ao dano e que os países industrializados devem assumir os maiores custos da correção ambiental, já que seu modelo de produção e consumo é o que gera os maiores danos ao meio ambiente.

Para Altvater (1995) o meio ambiente é um sistema fechado cuja contabilidade ambiental opera em um sistema de contabilidade em separado. Desta forma, se um país exige recursos naturais no território de outro país de forma inconsequente, o seu equilíbrio ecológico positivo graças ao não uso de seus próprios recursos implica uma dívida ambiental da mesma magnitude

que a do país que consumiu seus recursos naturais. O autor argumenta ainda que a resolução de questões ambientais reside menos em denunciar os culpados pelos danos causados ao meio ambiente e mais na definição de uma política de desenvolvimento econômico que adicione os elementos da questão ambiental.

Após a Eco 92, no Brasil o interesse pelas questões ambientais nos diversos âmbitos da sociedade brasileira tomou maior impulso. Assim, o meio ambiente e suas relações com os fatores econômico e social passaram a ser mais pesquisados no âmbito universitário, debatidos na classe política, noticiados pela mídia e introduzidos no discurso do empresariado nacional.

As transformações sociais, políticas e econômicas em relação ao meio ambiente fizeram surgir na sociedade brasileira um clima de sensibilização para a necessidade de se relacionar de maneira equilibrada com o meio natural, respeitando seus limites e buscando alternativas que conciliem as demandas sociais aos recursos ambientais. Jacobi (2002) se arrisca a anunciar que após a Eco 92 multiplicaram-se iniciativas de caráter público e privado orientadas à realização das recomendações da ONU sobre como intervir na natureza. Porém, o autor adverte que tais iniciativas ocorreram, e ainda ocorrem, de forma dispersa e assimétrica, o que demonstra o longo caminho que o país precisa percorrer até implementar nas suas esferas institucionais os mecanismos de uma sociedade que conviva de maneira harmoniosa com a natureza.

Segundo Layrargues (2002) nos anos noventa começou no Brasil o que ele denominou de *onda verde*, tendência na qual as questões ambientais se tornam relevantes para o governo, entidades privadas e movimentos sociais. Para o

autor, a noção de meio ambiente como lugar comum faz da vinculação aos elementos da ecologia uma possibilidade favorável de se atuar na sociedade. Portanto, adicionar ao discurso habitual elementos da questão ambiental proporcionaria resultados satisfatórios a quem opta por essa prática.

Dessa forma, o setor industrial que historicamente foi culpabilizado pela contaminação ao meio natural mudou sua imagem de vilão da natureza e passou a reconhecer a importância da natureza para a sociedade. Seguindo a tendência internacional, as grandes empresas brasileiras passaram a adotar o selo verde para seus produtos e adotaram as auditorias ambientais, entre as quais se destaca a implantação do modelo de produção industrial limpa baseado em sistemas de gestão empresarial ISO 14000 (LAYRARGUES, 2002).

Blauth (2007) assim como outros autores critica a postura empresarial de enverdecimento das suas ações já que para ela a intenção que subjaz a essa atitude é formar uma pseudoconsciência ecológica nas pessoas, fazer que as pessoas passassem a conviver com símbolos ambientais padronizados em conformidade com os interesses empresariais. Segundo a autora, trata-se de fazer do comportamento individual uma marca ecológica e nesse sentido o agir ecologicamente se transporta ao reagir aos estímulos ambientais que nem sempre são ambientalmente recomendados.

Talvez o exemplo que melhor explica a pseudoconsciência ambiental induzida pelo setor empresarial nos consumidores seja a reciclagem dos materiais. Conforme Figueiredo (2009), os interesses econômicos empresariais se sobrepõem aos aspectos

socioambientais da atividade da reciclagem, sendo assim, há campanhas para que a população separe seus resíduos para a reciclagem. Porém, desde que esses resíduos sejam os que possuem maior valor econômico na cadeia produtiva da reciclagem. E nisso os aspectos ambientais da reciclagem perdem relevância uma vez que quando se trata de manejo de resíduos sólidos, o mais recomendado é seguir a hierarquia dos 3R's, ou seja, reduzir a quantidade de resíduos gerados, reutilizar os resíduos que não podem ser evitados e por fim reciclar os resíduos. Não por casualidade, as latas de alumínio são os materiais que mais se reciclam no Brasil, 97% do total, sendo que essas mesmas latas compõem menos de 1% da massa total de resíduos sólidos gerados no país (SNIS, 2016).

Nessa mesma linha de análise Layrargues (2002) afirma que a sociedade brasileira encontra-se diante de um processo de apropriação ideológica, ou seja, que o enverdecimento social não está ocorrendo como inicialmente sugerido, que era a passagem de uma racionalidade econômica para uma racionalidade ecológica. A lógica econômica e mercantil novamente se sobrepõe aos interesses e demandas da ecologia fazendo uso dos elementos do discurso ecológico para a sua reprodução.

4. O cenário ambiental brasileiro hoje

Conforme Guimarães *et. al.* (2008) o Brasil continua tendo papel relevante na definição das ações da agenda ambiental internacional. No âmbito interno, embora passíveis de questionamentos teóricos e práticos constata-se avanços na legislação e políticas ambientais brasileiras, onde tem se destacado o papel do poder judiciário no sentido de fazer cumprir as

normativas principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 (MARCONDES, 2005). Não menos importantes são os movimentos sociais cujas ações pulverizadas atraem a atenção de segmentos sociais que antes não se interessavam e/ou conheciam a importância das questões ambientais. Em certa medida o setor empresarial tem desempenhado um papel destacado por incentivar ações de interesse ambiental mesmo tendo em conta seus próprios interesses econômicos.

Os elementos que compõem o território brasileiro (as pessoas, as empresas, as instituições, o meio ambiente e as infraestruturas) passaram de um momento histórico caracterizado pelo obscurantismo em relação às questões ambientais a um período em que existe uma preocupação exacerbada com o meio natural. Milton Santos (1992) define este fenômeno como o redescobrimto da natureza salientando que tal redescobrimto segue a lógica capitalista de reprodução, na qual o meio ambiente se torna mais um fator de produção passível de ser consumido como uma mercadoria. Para o autor, a natureza pode ser pensada como uma construção cultural e as relações humanas definem o território.

Atualmente as questões ambientais brasileiras estão no centro das discussões da política nacional. Os debates sobre a transposição do Rio São Francisco na região Nordeste, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na região Norte e mais recentemente a formulação do novo Código Florestal Nacional, em 2012, expõem a vivacidade com que o aspecto ambiental tem sido tratado no país. A possibilidade de uso comedido dos recursos naturais como vantagem econômica perante as barreiras fitossanitárias do comércio

internacional faz do meio ambiente um tema estratégico para a imagem do Governo Federal em âmbito externo.

Guimarães *et. al.* (2008) analisam o discurso ambiental oficial brasileiro caracterizando-o como ambíguo. Conforme os autores, o país denuncia o neocolonialismo em regiões periféricas no mundo ao passo que, internamente, reproduz uma situação semelhante ao colonialismo. O discurso oficial do desenvolvimento econômico com qualidade ambiental se esvanece quando é observado na prática, por exemplo, o debate com o Paraguai sobre o uso da água e a distribuição da energia gerada pela hidroelétrica binacional de Itaipu.

No âmbito internacional houve mudanças no debate ambiental. Antes o debate se polarizava entre crescimento econômico com uso desmedido dos recursos naturais e contaminação ambiental (defendido pelos países da periferia do sistema econômico, incluindo aí o Brasil) e uso parcimonioso de tais recursos (proposição apoiada pelos países centrais). Atualmente a discussão sobre as questões ambientais perpassa pela possibilidade de relacionar as demandas econômicas aos limites naturais através do desenvolvimento de técnicas e tecnologias de extração dos recursos e controle da contaminação. Há uma maior colaboração entre países para que se conciliem as atividades econômicas tendo em conta a prudência ambiental e justiça social, ou, se preferir, a implantação de políticas públicas de caráter socioambientais. Existe, portanto, um consenso internacional do caráter transnacional das questões ambientais contemporâneas (GUIMARÃES *et. al.* 2008).

No que concerne ao Brasil o crescimento econômico acelerado verificado na última década, a

importância política do país na América Latina e no Caribe – competindo com os Estados Unidos pela posição hegemônica na região –, sua posição de líder entre os países emergentes e o fato de que é postulante ao conselho de segurança na ONU fazem que o discurso oficial brasileiro seja permeado pela vanguarda ambiental. Na sua justa medida as ações oficiais apresentadas para fora do país devem estar em conformidade com as demandas sociais, nacionais e internacionais, visto que o país é o quinto maior do planeta e que mais de 80% da floresta amazônica estão no seu território. Contudo, na contramão das estatísticas oficiais o Brasil está entre os dez países que mais contribuem para o aquecimento global. Ainda, menos de 40% das águas residuais são tratadas de maneira satisfatória, o que contamina os rios e lençóis freáticos.

Figueiredo e Cruz (2013) demonstraram que a ambiguidade da política ambiental brasileira colocou a regulação da natureza nos moldes capitalistas e que tem dado ao mercado o protagonismo nas decisões de políticas públicas voltadas às questões ambientais. Este fato desloca a política ou a luta social pela conquista dos interesses socioambientais para o papel de coadjuvante na tomada de decisões.

Com a ascensão do Governo Lula em seus dois mandatos presidenciais (2002 a 2010) e da sua sucessora, Dilma Rousseff (2011 a 2016), verificou-se a emergência de políticas públicas caracterizadas pela distribuição de renda. No que se refere ao aspecto econômico a entrada do Brasil no grupo de países de economia emergente denominado BRICS demonstrou o crescimento da economia nacional. As políticas de aquecimento da economia tais como o Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), os esforços no recebimento dos maiores megaeventos esportivos da atualidade (a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016) e o programa de habitação social Minha Casa Minha Vida denotam uma postura desenvolvimentista que em certos aspectos se assemelhava a políticas desenvolvimentistas já implementadas por governos anteriores como os de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e mesmo as políticas nacionalistas do regime militar.

Guimarães *et. al.* (2008) afirmam que a sociedade contemporânea vivencia a exaustão de um modelo de desenvolvimento econômico ecologicamente suicida (acaba com a base de recursos naturais), socialmente perverso (gera pobreza e desigualdade), politicamente injusto (dificulta o acesso aos recursos), eticamente censurável (desrespeita formas de vida não humanas) e culturalmente alienado (subjuga a natureza). Nesse sentido, a sociedade brasileira encontra-se numa encruzilhada: caminhar na contramão da história e então mudar a postura *stricto sensu* ante as questões ambientais ou reproduzir o modelo global de uso indiscriminado dos recursos naturais e controle da contaminação, não levando em consideração os critérios de precaução ambiental alardeados nas grandes conferências ambientais internacionais.

5. Considerações finais

Este artigo abordou nuances que consideramos relevantes para o entendimento dos principais debates das questões ambientais brasileiras. Através de um breve relato histórico vimos que o meio ambiente foi usado como recurso econômico necessário para o crescimento da economia do país. Por mais que os outros países tenham utilizado da mesma forma seus recursos

naturais, a maneira como o Brasil vem usando seus recursos denota a reprodução de um modelo econômico no qual a perspectiva mercadológica se sobrepõe às demandas socioambientais. O ufanismo nacional de crescimento econômico a todo custo talvez seja o cerne do problema ambiental brasileiro na contemporaneidade.

Pensando no debate ambiental internacional no âmbito da realidade brasileira observamos que a situação do país é diferente dos demais atendendo às suas especificidades. Caracterizado historicamente pelas grandes diferenças em sua formação econômica, o Brasil atualmente coexiste com realidades distintas quais sejam: um parque industrial que se desenvolveu sobremaneira nos últimos 70 anos e paralelamente a permanência de práticas rudimentares de extração mineral que utilizam trabalho escravo e semiescravo. Este contexto implica que em áreas com elevada densidade industrial há altos níveis de contaminação enquanto em regiões com características camponesas a contaminação se assemelha a dos países predominantemente agrários. Tais distanciamentos sugerem que deve haver políticas ambientais diferenciadas que devem contar com ampla participação popular em sua construção.

A sociedade brasileira avançou no que concerne aos cuidados com o meio ambiente e a inserção da questão ambiental na arena política mostra essa evolução. Todavia, cresceu a necessidade de se realizarem as atividades econômicas independente dos limites naturais e humanos o que coloca o critério ético da relação homem-natureza em segundo plano. As pessoas deveriam ser mais importantes que os bens e serviços produzidos e ofertados e no mesmo sentido a

atividade criadora ser mais importante que o consumo.

A natureza pode e deve ser pensada como uma construção social. Assim, finalizamos este artigo com um questionamento que nos dará margem a outros escritos: é possível a atual sociedade brasileira se relacionar de uma maneira diferenciada com a natureza, ressaltando as suas demandas socioambientais?

Referências

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza:** pilhagem ambiental e a (des)ordem mundial. São Paulo: Unesp, 1995.

BLAUTH, P. **Reciclável? Até que ponto?** Revista eletrônica Água online, 2007. Disponível em <http://www.menoslixo.com.br/reciclavel%20at e.htm>. Acesso em 04 de julho de 2011.

DUARTE, L. **Política externa e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DRUMMOND, J. A. **A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988:** comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. Revista Ambiente e Sociedade, ano II, n. 3, 1999. Disponível em http://www.ambienteesociedade.org.br/numero s_anteriores/ano1num1/svn3_4a07.pdf. Acesso em 05 de julho de 2011.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental.** Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.

FIGUEIREDO, F. F. e F. CRUZ. 2013. Aproximações teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global: de Estocolmo 1972 ao Rio de Janeiro 2012. In: IV Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias em Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.com/anaais/G T3.pdf#page=59>. Acesso em 04 de julho de 2011.

FIGUEIREDO, F. F. **A contribuição da reciclagem de latas de alumínio para o meio ambiente brasileiro.** Revista Aracne, n. 127, 2009. Disponível em

<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-127.htm>. Acesso em 04 de julho de 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GUIMARÃES, R. P., BEZERRA, J. C. e SIMÕES, J. M. **Agenda internacional de meio ambiente:** Continuidade e mudança da posição do Brasil nas negociações internacionais entre 1972 e os dias de hoje. Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS Brasília: 2008. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQU IVOS/GT3-459-681-20080518233602.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2011.

JACOBI, P. R. **O Brasil depois da Rio + 10.** Revista do Departamento de Geografia, n.15, 2002. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/ RDG/RDG_15/19-29.pdf. Acesso em 05 de julho de 2011.

LAYRARGUES, P. P. **A cortina de fumaça.** O discurso empresarial verde. São Paulo: Annablume, 2002.

MARCONDES, S. A. **Brasil, amor à primeira vista!** Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza.** In: Aula inaugural da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1992. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt ext&pid=S0103-40141992000100007&lng=es. Acesso em 04 de junho de 2011.

SNIS. **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos.** Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, 2016. Disponível em <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos- solidos/diagnostico-rs-2016>. Acesso em 04 de abril de 2018.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil:** primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

Recebido em 2017-12-22
Publicado em 2018-06-20